

OS DESAFIOS DA ESCOLA NO ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA¹

Debora Taiane Ferreira Lobato²
Francisca Chagas da Silva Barroso³

RESUMO

Este artigo parte de uma pesquisa de iniciação científica, com o título “O universo autista no município de Humaitá-AM”, no qual foi discutido como a escola está preparada para atender crianças com autismo. O autismo é um distúrbio de desenvolvimento que normalmente surge até os três anos de idade e que segundo estudos de especialistas ocorre em aproximadamente dois a sete em cada mil indivíduos. Estudiosos como Cunha (2014), Maleval (2017), Grandin (2018) dentre outros, procuram através de suas pesquisas, ampliar estes estudos, direcionando-os também para a sala de aula regular, pois, é onde se encontram os maiores desafios para lidar com as crianças autistas. Esta pesquisa assumiu esse pressuposto de verificar como é desenvolvido o trabalho com os alunos autistas nas escolas da rede pública municipal. Para análise de dados utilizamos como instrumento o questionário semiestruturado. Participaram da pesquisa 8 professores e 3 gestores de diferentes escolas.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Aprendizagem. Escola.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por intuito apresentar os resultados de uma pesquisa realizada com professores e gestores de escolas municipais que atendem crianças com Transtorno do Espectro Autista, com o intuito de compreendermos os desafios para atender crianças com Transtornos do Espectro Autista, como a escola está preparada para atender esses alunos e como os professores lidam com essa diversidade.

O trabalho parte de uma pesquisa de iniciação científica realizado entre agosto de 2018 e agosto de 2019, sendo possível então conhecer esse mundo não tão novo e bastante discutido por vários autores. Após a análise foi possível concluir que a falta de formação dos professores interfere de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com autismo, considerando as dificuldades enfrentadas diariamente pelas escolas.

Desse modo, a escola interfere significativamente na vida da criança com autismo, considerando que será o espaço onde ela talvez aprenda a controlar as emoções podendo

¹ Resultado de pesquisa de iniciação científica vinculado à PROEXTI entre Agosto de 2018 e Agosto de 2019.

² Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, fdeborataiane@gmail.com

³ Professora Orientadora: Mestre, Curso de Pedagogia, UFAM/IEAA, fsilvabrroso@yahoo.com.br

contribuir também para o seu desenvolvimento relacionados a interação social já que é um dos seus maiores obstáculos.

Portanto, a escola é o ambiente onde a criança com autismo irá desenvolver suas habilidades, pois estará em contato com outras crianças interagindo socialmente, conhecendo seus limites sendo fundamental para o desenvolvimento de qualquer criança, principalmente para a criança autista. Nesse caso, a escola precisa estar preparada para atender essa diversidade, pois a inclusão é um direito assegurado pela Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão) que é destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência visando à sua inclusão social e cidadania.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa assumiu uma abordagem qualitativa, tendo em vista que buscou compreender as concepções sobre o autismo propostas por vários autores. Além disso, pretendeu também, apreender como a escola de um modo geral lida com essa diversidade cada vez mais presente nas escolas públicas.

A pesquisa foi realizada com professores que atuam na educação básica nas escolas municipais. Participaram ainda gestores de três escolas do município de Humaitá, Amazonas. Para manter o anonimato, nomeamos os sujeitos professores como P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8. Os gestores como G1, G2 e G3.

Na coleta de informações utilizamos como instrumento o questionário semiestruturado, contendo perguntas que possam resultar no atendimento aos objetivos estabelecidos. O questionário foi elaborado considerando as características de cada sujeito que responderia, contendo entre oito e dez questões. Os questionários foram entregues a 16 professores, porém, somente 8 responderam e 3 gestores.

3 AUTISMO: UM BREVE HISTÓRICO

Para se chegar ao conceito de autismo muitos estudiosos foram a fundo para que pudessem esclarecer esse transtorno que está cada vez mais presente em nossa sociedade. De acordo com Orrú (2016, p. 16):

Dentre outros pesquisadores, numa tentativa cronológica de conceituação ou definição, em 1978, Rutter apresentou uma definição do autismo fundamentada em quatro critérios: “1) atraso e desvio sociais não só como função de retardo mental; 2) problemas de comunicação, novamente, não só em função de retardo mental associado; 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; 4) início antes dos 30 meses de idade”.

Apesar de vários pesquisadores ter definido o conceito, são basicamente o mesmo já que os sintomas das crianças autistas são os mesmos e percebidos ainda na infância. Segundo Williams (2008), a criança tem um certo tempo para apresentar os sintomas de TEA, de doze a seis meses, por exemplo, a criança pode demonstrar um certo atraso para atingir os marcos de desenvolvimento, nessa idade normalmente a criança já engatinha, já dá tchau e até fala algumas palavras isoladas como “mamã” e “papá”, contudo, caso isso demore a acontecer não significa que a criança seja autista, pode ser apenas um atraso normal.

Contudo, ainda há alguns conceitos contrário a Kanner, Rutter e até mesmo a síndrome descrita por Asperger que são muito próximas. A síndrome descrita por Asperger conforme Maleval (2017, p. 46),

Manifesta-se muito cedo e se caracteriza por um contato perturbado, mas superficialmente possível, em crianças inteligentes que não aceitam nada dos outros e que se consagram naturalmente a atividades estereotipadas. Asperger considera que o transtorno fundamental reside numa limitação das relações sociais que persiste durante toda a existência.

A diferença entre Asperger e Kanner, é que Asperger não passou apenas cinco anos estudando o transtorno, mas sim dez anos e não apenas onze crianças, mas cem. Porém, as crianças estudadas por Asperger eram mais velhas, tinham em média 11 e 17 anos, já as de Kanner eram todas menores de 11 anos. Por um certo tempo, a descoberta de Asperger ficou pouco conhecida até que alguns psiquiatras se interessassem como, por exemplo, Van Krevelen que acreditava que a síndrome surgia mais tardiamente.

De acordo com Grandin (2018) a palavra autismo já fazia parte do léxico psiquiátrico desde 1943, então já se tinha a ideia de ter autismo desde essa época, porém, não havia uma definição concreta. Com isso, não era dada tanta importância ao autismo como necessário, pelo contrário, era tratado com descaso e apenas uma característica da esquizofrenia.

4 OS DESAFIOS DA SALA DE AULA NO ATENDIMENTO À CRIANÇA AUTISTA

Desde o início, a escola deve ser informada que a criança possui deficiência para que seja possível adaptar as aulas e acompanhar o ritmo de desenvolvimento dessa criança. Infelizmente nem sempre isso acontece, pois, alguns professores não possuem formação adequada que possibilite adaptar suas aulas para que o aluno autista possa interagir da mesma maneira que os demais.

Contudo, é importante que a criança autista estabeleça um elo de confiança com aqueles que estão próximos a ela. Isso não é fácil de acontecer, pois o autista dificilmente permite a aproximação de pessoas aleatórias, porém, ao estabelecer esse elo de confiança, a

criança está tendo a oportunidade de avançar, desenvolvendo suas habilidades e, conseqüentemente, progredindo em seu processo de aprendizagem.

A adaptação da criança levará um certo tempo, pois a escola é um fato novo em sua vida, isso demanda um certo cuidado por parte dos pais, mas principalmente dos professores que serão seus companheiros durante o período que a criança estiver na escola. Para Cunha (2014, p. 33),

É normal a criança autista sentir-se desconfortável e intimidada em um ambiente novo, como o da escola. É normal buscar apoio nas coisas ou nos movimentos que a atraem, mantendo-se permanentemente concentrada neles, esquecendo todo o resto. É normal a birra quando alguém a contraria. É normal o medo e a raiva ganharem proporções traumáticas. O professor precisa aprender a se relacionar com a realidade do mundo autístico. Nessa relação, quem aprende primeiro é o professor e quem vai ensinar-lhe é o seu aluno.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases, a educação no Brasil é dever da família e do estado, tendo por finalidade o desenvolvimento e o preparo do estudante para o exercício da cidadania, entretanto, um dos maiores desafios da escola nos dias atuais é contribuir para a formação moral e ética dos indivíduos. A cidadania para a criança ainda é uma ideia muito abstrata, portanto é necessário que a escola trabalhe isso em situações concretas, como por exemplo, valores da solidariedade, de se colocar no lugar do outro, principalmente quando se trata de crianças autistas que por sua natureza são na maioria das vezes egoístas. De acordo com Drago (2011, p. 19)

A escola, para grande parte das crianças brasileiras, é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados socialmente, ou seja, é o lugar que pode lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar cidadãos, alguém com identidade social e cultural.

A escola é o espaço onde as crianças aprendem a lidar com a diversidade cultural, é o espaço onde terão liberdade para a construção da sua identidade e para o autista isso é de suma importância, pois talvez aprenderá a respeitar o espaço do outro e os demais aprenderão a respeitar o espaço das crianças que possuem dificuldade na interação social.

A escola nem sempre está apta para receber alunos autistas, considerando a realidade das escolas públicas e infelizmente há poucas leis que ampare pessoas autistas e sua inclusão na escola de maneira adequada. Por isso, ainda há tanta exclusão, o que acaba afetando de forma significativa o processo de desenvolvimento da criança.

Nesse sentido, é fundamental que a escola tenha os meios necessários para o atendimento da criança autista, facilitando sua aprendizagem e o convívio com outras crianças. Como meio para favorecer o atendimento ao estudante com autismo podemos citar sala de recursos como um importante componente para facilitar o desenvolvimento da criança.

Esse espaço é importante no papel de estimular no processo de desenvolvimento, principalmente relacionado aos comportamentos. Para Cunha,

A sala de recursos precisa ser simples, sem muitos objetos para que não haja estímulo em demasia. Neste ambiente, o aluno recebe uma educação individualizada, específica com ênfase na mudança de alguns comportamentos e aprendizado de outros. É importante não tentar muitas mudanças ao mesmo tempo. O aprendente precisa visualizar somente os materiais ou os brinquedos que irá trabalhar, para que haja maior concentração possível. Entretanto, em um primeiro momento, o professor deve observar quais objetos ou atividades que o atraem mais, para usá-los nas tarefas. Detalhes, que, muitas vezes, são desconsiderados por nós, exercem grande atração (2014, p. 33).

A educação deve ser trabalhada com o aluno autista da maneira mais lúdica e agradável possível para que chame sua atenção e faça com ele fique concentrado nas atividades que serão desenvolvidas, atividades essas que serão repetidas dia após dia já que ele precisará de um período mais longo para aprender.

4.1. Os desafios da inclusão

Há muito tempo se houve falar em inclusão, porém, somente a partir da metade do século XX é que essas ações se tornaram mais perceptível. Antecedentemente, as crianças com deficiência tinham atendimento especializado separadamente, ou seja, não podiam ter acesso à escola comum, pois presumia-se que elas não progrediriam no processo educacional, somente os países considerados desenvolvidos haviam criado instituições educacionais comparável para as pessoas com deficiência. Com o passar do tempo, a educação especial foi ganhando espaço na sociedade e aos poucos foi se tornando essencial tanto quanto o ensino comum.

Estudos mostram que o movimento pela inclusão escolar de crianças com necessidades especiais manifestou-se principalmente nos Estados Unidos. Com isso o termo “inclusão” passou a ser utilizado com mais frequência a partir da década de 1990. Segundo Cunha,

Posteriormente, no ano de 1994, realizou-se a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, em Salamanca, Espanha, contando com a presença de 88 governos e 25 organizações internacionais. O Brasil foi signatário do documento produzido em assembleia denominado de “Declaração de Salamanca”, que influenciou de forma definitiva as políticas inclusivas. Nesse mesmo ano, a Política Nacional de Educação Especial passou a orientar o processo de integração instrucional, que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos típicos (2016, p. 36-37).

A partir de então, o Brasil passou a reconhecer a inclusão como um processo fundamental na educação, ou seja, passou a proporcionar a educação de acordo com as necessidades dos alunos para que assim o aluno que possua algum tipo de deficiência tenha as mesmas oportunidades de ensino.

Tornando-se muito visível e discutida essa temática, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN nº 9.394/96 passou a destacar a importância da educação inclusiva, garantindo que a educação especial deve ser concedida principalmente na rede regular de ensino.

Hoje a lei garante ao aluno com deficiência o direito ao acesso à educação regular e também ao atendimento educacional especializado, entretanto, durante muito tempo acreditava-se que a educação especial deveria ser organizada de forma paralela à educação comum, para que assim o aluno estivesse inserido no sistema regular de ensino.

De acordo com Cunha (2016), essa concepção causou um impacto que durou por um longo tempo na história da educação especial, que acabou resultando em práticas que ressaltavam os fatos relacionados à deficiência. Para tanto, pensar na inclusão vai além de inserir um aluno na sala de aula regular, é preciso capacitação dos professores e aperfeiçoamento em suas práticas.

Em 28 de dezembro de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.764, “Lei Berenice Piana”, que reconhece o autismo como uma deficiência e que garante ao autista todos os direitos previstos para pessoas com deficiência, onde no art. 3º em seu inciso quatro garante-lhes acesso total à educação e ao ensino profissionalizante.

Esta Lei, está de acordo com o que é proposto no Plano Nacional de Educação (2014-2024), que em sua meta quatro tem por objetivo:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2000).

A inclusão deve ser na sociedade e a escola como um espaço social deve atender as necessidades específicas dos alunos com qualquer grau de deficiência, e para isso é necessário um planejamento para a melhoria da qualidade de educação desses alunos. A criança autista não pode jamais se sentir excluída de qualquer atividade, pois isso pode afetar significativamente no seu processo de desenvolvimento, esse trabalho deve se iniciar já na educação infantil, ou seja, no início da vida escolar do autista. A educação infantil é a fase em que a criança passa a desenvolver com frequência suas habilidades motoras e cognitivas,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

como também é onde a criança passa a ter contato com outras crianças, aprendem a brincar, dividir e interagir. Então, é essencial que o educador trabalhe nessa fase escolar da criança de maneira que transmita amor e segurança, pois sua responsabilidade é grande principalmente se tratando de crianças autistas. Drago (2011, p. 96) afirma que,

Pensar a inclusão na educação infantil é lutar duas vezes: uma pelo direito a criança pequena à educação de qualidade que a veja como sujeito produtor de história, cultura e conhecimento e outro por acreditar que a criança pequena com algum tipo de comprometimento físico, mental ou sensorial tem capacidade de aprendizagem e também é sujeito social que possui, produz e reproduz cultura, conhecimento e história.

A partir do momento que a criança autista passa a adaptar-se na escola tudo vai se tornando menos complexo, desde que ela tenha a atenção merecida e passe a sentir amada. É importante que deixe o autista aprender no seu tempo, sem muita cobrança e exigência por parte dos professores.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É fundamental que todos os profissionais que atuam na área da educação conheçam o significado de TEA, principalmente os professores, sendo eles que trabalham diretamente com os alunos que possuem a deficiência, para sabermos se isso acontece a primeira pergunta para os professores da sala regular é se eles conhecem o significado de TEA, apenas o P4 não conhece e o P3 afirma conhecer apenas o caso do aluno que frequenta sua sala de aula, porém, os demais tiveram uma resposta bem direta, não falaram a respeito, o que nos leva a pensar que por mais que conheçam o assunto talvez não sintam-se preparados para falar a respeito, tendo em vista que, é uma temática bastante discutida nos dias atuais.

A primeira questão refere-se ao fato de este professor conhecer ou não, ter ou não informações sobre o autismo. Quando a maioria, num total de sete, afirma conhecer o significado da sigla em questão, então podemos considerar que na escola o autismo não é um assunto desconhecido. Isso significa que, em se tratando de uma criança que chega à escola e começa a frequentar a sala regular, o professor terá condições para agir em determinadas situações do cotidiano da sala de aula.

A segunda questão foi feita no sentido de confirmar a presença de alunos com autismo na sala de aula. Perguntamos se todos tinham alunos autistas frequentando e todos afirmaram que sim. A presença de crianças com autismo na sala regular tem acarretado desafios ao professor que precisa atender às necessidades de todas as crianças sem exceção, conforme está na Lei nº 13.146 (Lei Brasileira de Inclusão – LBI) no capítulo IV do direito à educação

em seu art. 27 garante o direito a educação de pessoas com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Dando prosseguimento, perguntamos aos professores se eles receberam alguma formação para o trabalho com crianças com autismo. Antes de discutir, a respeito da questão, é pertinente trazer a definição de formação e informação, sendo o significado de formação: conjunto dos cursos concluídos e graus obtidos por uma pessoa; e o significado de informação: notícia, conhecimento sobre algo ou alguém, com isso, apenas 3 professores afirmaram ter recebido formação e os outros 5 afirmaram não ter formação, o P6 até responde “Infelizmente não”, o que nos leva a pensar o quão complicado deve ser desenvolver esse trabalho.

Dentre os desafios que os professores enfrentam todos os dias na escola, lidar com o comportamento do aluno autista pode ser mais um que o professor tenha que lidar. Dependendo do grau, as tarefas desenvolvidas precisam estar de acordo para atender individualmente os estudantes. Para saber a esse respeito, perguntamos aos professores: Como você lida com o comportamento da criança que é autista? Tem dificuldades? Quais?

As dificuldades em lidar com o autismo não se resumem apenas ao fato de lidar com o comportamento da criança, mas também com as situações de aprendizagem e o desenvolvimento pleno da criança na escola. Dos professores, cinco deles disseram ter “*muita dificuldade*”. Isso revela que os professores não estão preparados para assumir um aluno autista na sala de aula. Considerando o que prevê a lei, quanto a garantia da criança frequentar uma sala regular, há uma falha no atendimento a essas crianças, portanto, uma falha no processo de inclusão que não recai sobre o professor, mas toda forma como a escola está organizada para atendê-los.

Em face das dificuldades que os professores afirmam ter, é possível perceber o quanto a escola ainda precisa de ações que possam atender crianças com autismo, bem como as que apresentam outros tipos de deficiência. Talvez seja por esse motivo que apenas dois professores tenham respondido não ter dificuldades (P1) e um deles (P5) ainda acrescentou: “*procurou manter um tratamento diferenciado*”. Porém, não foi possível identificar que tipo de trabalho P5 considera ‘diferenciado’. O que o mesmo faz para não ter dificuldade se não tem formação? (Como afirma na questão 2). Como ele lida com esse comportamento? Pois, sabemos que é um comportamento um tanto diferente com relação às outras crianças, apesar

de que nem todos os autistas se comportam da mesma maneira. A realidade da sala de aula exige que o professor se adapte e busque informações e conhecimentos sobre como desenvolver as atividades com alunos autistas.

Outra resposta que chamou atenção, foi a do P8 ao responder: *“Com muita dificuldade, principalmente quando a criança surta, muitas vezes com certa situação”*. Acredito que ao usar o termo *“surta”*, o professor quis se referir à agressividade ou o comportamento impulsivo do aluno autista, porém, sabe-se que dependendo do grau de autismo a agressividade não faz parte desse transtorno com frequência, normalmente isso acontece quando a criança autista se sente contrariada, talvez isso ocorra por causa da dificuldade que o autista tem de flexibilizar seus interesses.

Sabe-se que uma das principais características do autismo é dificuldade na comunicação e interação social, portanto, nem sempre a relação dos alunos autistas com as outras crianças é serena, acontece muitas vezes dos autistas se isolarem, porém, isso depende de cada caso, do grau de autismo que o aluno possui. Foi possível compreender como se dá esse relacionamento através das respostas dos professores sobre isso.

De acordo com a resposta de dois professores (P2 e P3), como já esperado há alunos autistas reservados, para os demais o relacionamento desses alunos é considerado bom, porém, um professor (P6) afirmou *“Alguns dias bons, outros complicados”*, o que é considerado normal em qualquer sala de aula, principalmente quando se tem alunos com deficiência.

Foi possível perceber através desse questionário que há uma demanda muito grande de professores qualificados para trabalhar com a educação especial, infelizmente a grande maioria dos professores que estão em sala não tem formação adequada e não possuem conhecimento suficiente para melhorar sua prática com relação a esses alunos autistas.

Para sabermos como a gestão, a parte administrativa da escola está organizada com relação a esses alunos que atendem, como falado anteriormente, foi elaborado um questionário para que pudéssemos entender de forma mais clara como que os mesmos lidam com esse desafio, pois o responsável pelo desempenho dos alunos, bom funcionamento da escola, as atividades realizadas, em parte é do Gestor, porém, como já falado durante o decorrer do trabalho, isso não se atribui apenas a ele, mas a todos os componentes que trabalham para o sucesso da instituição.

Então, a primeira questão foi elaborada para que pudéssemos compreender até que ponto os mesmos conhecem sobre o assunto discutido, no caso o autismo, sendo questionado o significado de TEA. Através das respostas obtidas, é notório que os três têm conhecimento

sobre o assunto, o que facilita o seu trabalho, pois convive com essa diversidade diariamente, e tem por responsabilidade estar a par de todo o processo de ensino e aprendizagem da instituição.

Logo, partindo para a segunda questão que se trata das ações que a escola possui para acolher os alunos com autismo, os três gestores buscam receber os alunos da melhor forma, porém, como afirma o G3 “*não existe um padrão determinado no acolhimento do autista*”, entretanto, as escolas possuem ações, sendo a principal delas, a sala de recursos, onde os alunos são atendidos no contra turno.

É de suma importância que a escola conheça o público que atenderá, sendo então fundamental obter informações sobre os alunos. Para sabermos sobre isso, foi perguntado aos gestores se na hora da matrícula a escola é informada sobre o diagnóstico da criança pelos responsáveis. Todos afirmaram que sim, exigindo ainda o laudo médico para que a escola conheça o nível de autismo do aluno e também, para que a criança tenha o direito ao atendimento especializado, tornando-se um meio facilitador para a aprendizagem do aluno autista.

A questão seguinte busca saber como a escola garante a inclusão de alunos com autismo, envolvendo pais, professores e principalmente as crianças. Através das respostas, é perceptível a possível preocupação que a escola possui em incluir tanto os alunos quanto os familiares, através de palestras coletivas e/ou individuais por turmas e reuniões com os professores da sala de recurso. Se tratando de um tema bastante discutido atualmente, trabalhar com alunos autistas não é um trabalho fácil, levando em consideração que cada um possui especificidades e dificuldades diferentes, entretanto, sabe-se que no dia a dia há desafios que a escola enfrenta para atender esses alunos.

Dando prosseguimento, a próxima questão nos permite saber se a escola promove algum tipo de planejamento de forma coletiva, envolvendo pais, professores e demais envolvidos na educação de crianças com autismo, e se existe, quais são essas ações coletivas.

Dentre todas as respostas, apenas um (G1) afirma haver projetos que trabalhem a inclusão dos alunos de forma coletiva, os demais afirmam não haver planejamentos ou ações coletivas que trabalhem essa questão, porém, anteriormente (Questão 4) um (G2) afirma haver palestras para os professores e alunos na escola, o que nos leva a pensar que há a possibilidade de o tema ser trabalhado apenas com os profissionais que atuam na escola.

Sabemos da parceria que deve haver entre a escola e a família, principalmente quando se trata de alunos com deficiência, portanto foi perguntado se houve, em algum momento, uma conversa com os pais sobre o autismo na escola, pois sabemos que infelizmente ainda há

pais que não compreendem o que seja esse transtorno e como deve ser trabalhado com essas crianças. Apenas um (G2) afirma não ter tido conversa com pais sobre o assunto, sem mais informações. Dentre os que afirmaram sim, um (G3) respondeu que houve uma conversa sobre o assunto apenas com os pais dos alunos que frequentam a sala de AEE, o que nos leva a pensar que a escola tem a preocupação de informar os pais sobre o transtorno.

Seguindo adiante, perguntamos se existe outro ambiente fora da sala de aula para atendimento dos alunos autistas e se existe, que ambiente é esse. Todas as respostas foram iguais: “*A sala de recursos*”. Felizmente, todas as três escolas que aplicamos o questionário possuem a sala de recursos, o que contribui significativamente para o desenvolvimento do aluno autista, pois sendo na mesma escola o aluno já está familiarizado, tornando-se um meio facilitador para sua adaptação na escola.

A última questão tem o objetivo de compreender como a família participa, junto à escola, na formação da criança com autismo. Analisando as respostas obtidas, foi possível perceber que a família é muito participativa e contribui para o processo de ensino e aprendizagem do aluno autista, através de diálogo e participação em reuniões com os professores.

Desse modo, conclui-se que o desenvolvimento do autista depende muito primeiramente da família que é onde o seu convívio deve ser sempre harmonioso e alegre, em segundo da escola, principalmente do professor, que através da metodologia de suas práticas o autista terá a oportunidade de aprender os conteúdos necessários e interagir com outras crianças, não que para o autista seja natural como para uma mente normal mas sim, que o autista terá mais facilidade de aprender através do contato com outras crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das leituras foi possível perceber que o autista durante muito tempo foi considerado esquizofrênico e incapaz de desenvolver habilidades e adquirir conhecimentos científicos que são fundamentais para a formação de qualquer cidadão.

Entretanto, através de muito estudos, pesquisadores comprovaram que é possível o autista estar inserido na sociedade e aprender como qualquer outra pessoa, é claro que para a criança autista é tudo mais lento por isso é importante respeitar seu tempo sem pressões e críticas.

No relacionamento professor e aluno, este é descrito com base no respeito mútuo, na interação, no profissionalismo, na amizade e não podendo esquecer do carinho porque o

autista considera a relação afetiva, assim, o professor precisa estar sempre observando o seu desenvolvimento e respeitando sua fala.

Sabendo-se que o autista é disperso e tenta se isolar, é de suma importância que as pessoas que convivem com isso fiquem atentos e tente conhecer a realidade da criança, seus modos e suas manias que muitas vezes realizará atividades repetitivas e atrasos em para atingir os marcos de desenvolvimento e isso é normal.

Por fim, através dos dados coletados e da análise realizada, foi possível compreender que é necessário a capacitação dos professores que lidam com os alunos autistas diariamente, pois, torna-se um meio facilitador para a realização do seu trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2000.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na educação infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

GRANDIN, Temple. **O cérebro autista: pensando através do espectro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

MALEVAL, Jean-Claude. **O autista e a sua voz**. São Paulo: Blucher, 2017.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes**. Petrópolis: Vozes, 2016.

WILLIAMS, Chris. **Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger: Estratégias práticas para pais e profissionais**. São Paulo: M Books do Brasil, 2008.